

# Brasil tenta afastar o fantasma do calote

O ESTADO DE S. PAULO



*Missão a NY tem como meta convencer bancos de que é seguro reativar linhas de crédito ao País*

FERNANDO DANTAS

O diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Luiz Fernando Figueiredo, resumiu da seguinte forma os objetivos da reunião de amanhã entre o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do BC, Arminio Fraga, e representantes dos maiores bancos do mundo, em Nova York: "Vamos lá para mostrar os números".

Figueiredo, que não vai à reunião, foi extremamente cauteloso ao tocar nesse assunto, em entrevista ao *Estado* na sexta-feira e irá:

"Prefiro não com-

e n-  
tar pa-  
r a va  
n à o  
n o

ta ver o preço do C-Bond (princi-  
pal título da dívida externa bra-  
sileira)".

É exatamente por esta razão que a equipe econômica brasileira está em meio a uma ofensiva para desmontar a crescente percepção internacional – estampada recentemente em um editorial do *Financial Times* – de que o País corre um sério risco de entrar em default das suas dívidas externa e interna.

O objetivo final do governo é

gerar expectativas." Mas o seu comentário sobre os números a serem mostrados veio logo depois de outra declaração, que deixa claro o objetivo da missão brasileira a Nova York: "Estamos em um momento adverso, apertado, volátil, mas não há risco de ruptura; o que eu estou falando não é o que eu acho, estou falando de números."

A viagem a Nova York é mais uma etapa do esforço de convencimento do governo brasileiro, dirigido aos credores e investidores internacionais, de que o risco Brasil refletido no valor dos títulos externos do País está muito exagerado. Perguntado sobre o clima de um certo ceticismo com que a reunião de Malan e Fraga vem sendo aguardada, Figueiredo não titubeia: "É claro que há ceticismo, basta ver o preço do C-Bond (princi-  
pal título da dívida externa bra-  
sileira)".

É exatamente por esta razão que a equipe econômica brasileira está em meio a uma ofensiva para desmontar a crescente percepção internacional – estampada recentemente em um editorial do *Financial Times* – de que o País corre um sério risco de entrar em default das suas dívidas externa e interna.

O objetivo final do governo é

conseguir convencer os bancos internacionais a reabrirem as torneiras de crédito comercial ao Brasil, com redução de linhas e encurtamento de prazos. Este aperto não impede o País de exportar – o saldo comercial brasileiro vem crescendo velozmente – mas eleva a taxa de câmbio, dificultando o equilíbrio do quadro macroeconômico.

A lógica por trás da idéia do risco de default, veementemente combatida pelo governo e por economistas brasileiros, é simples: um país cujos títulos externos pagam "spread" (diferença entre os juros pagos por papéis do governo brasileiro e americano de característica semelhantes) médio de quase 20 pon-

tos porcentuais está perigosamente próximo da ruptura de suas obrigações internacionais.

A resposta do governo brasileiro a esta interpretação é a de que muitos investidores internacionais não entendem as peculiaridades do sistema econômico-financeiro do País, e por isto vêm exagerando a avaliação de risco do Brasil. "Os mercados erram", diz Figueiredo.

Existe um certo consenso de que a deterioração financeira do Brasil nos últimos meses deve-se a um ambiente interna-

cional extremamente adverso aos países emergentes, à vulnerabilidade externa e fiscal do País e às incertezas sobre a política econômica quando o novo presidente assumir, em janeiro de 2003.

Figueiredo observa, porém, que "o Brasil está passando por um grande ajuste das contas externas, de uma magnitude provavelmente maior do que a do ajuste de 1999". "No setor externo", ele continua, "o próximo governo vai pegar um País muito mais forte". O diretor do BC calcula que a necessidade de financiamento externo (déficit em conta corrente mais amortização de empréstimos) em 2003 será de US\$ 10 bilhões a US\$ 15 bilhões menor do que os US\$ 50 bilhões que eram previstos até pouco tempo.

Esta redução da vulnerabilidade externa está acontecendo simultaneamente em quase todas os itens relevantes do balanço de pagamentos, como comércio exterior, dividendos, juros, turismo, etc.

O motor da mudança é o câmbio flutuante, diz o diretor do BC. Graças à alta do dólar, ele observa, não está havendo nenhuma fuga de capitais de pessoas físicas, e o aumento das saídas de capital pelas contas de não residentes, as CC-5, deve-se quase inteiramente à recompra de títulos de empresas brasileiras no exterior, extremamente desvalorizados pela crise.

'VAMOS  
LÁ PARA  
MOSTRAR OS  
NÚMEROS'